AP Agenda Política
ISSN 2318-8499

Apresentação de Edição

Editorial

Cristiano Parra Duarte

Doutorando e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Editor-chefe da Agenda Política.

Email: crparraduarte@gmail.com

ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0924-4573

Nayara Albrecht

Pesquisadora na Newcastle University. Editora-chefe da Agenda Política.

Email: nayara.albrecht@gmail.com

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2613-6438

Tailon Rodrigues Almeida

Doutorando e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Editor-chefe da Agenda Política.

Email: tailoncp@gmail.com

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8422-6407

Prezadas leitoras e prezados leitores,

É com satisfação que a equipe editorial da Revista Agenda Política publica o seu número 1, volume 11, ano 2023. Esta edição conta com um dossiê temático sobre "Dinheiro, Interesses e Democracia", uma entrevista com o professor Wagner Pralon Mancuso (Universidade de São Paulo), e um artigo na seção “Agenda da Ciência Política” de autoria da professora Patrycja Rozbicka (Aston University), além dos artigos que compõem a seção "Temas Livres". Esta edição logra ao integrar as seções da revista - dossiê, agenda e entrevista - em relação a um eixo temático: a defesa de interesses e sua relação com a democracia.

O dossiê, a entrevista e o artigo da agenda expressam diferentes visões acerca da complexa relação entre poder material, interesses e democracia. Ao passo que os artigos do dossiê focam no papel de grupos patronais e industriais, a entrevista e o artigo convidado ressaltam outras dimensões da defesa de interesses. Assim, este número apresenta uma visão multifacetada do tema. A edição também é

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

especial por retomar os trabalhos da revista após um momento disruptivo causado pela troca de gestão. Assim, tal edição inaugura o ano de 2023 com nova equipe editorial.

1 Nova equipe editorial em 2023

A presente edição ratifica novamente o nível de institucionalização da Agenda Política no campo acadêmico. O periódico segue contribuindo para a produção científica com uma equipe editorial reformulada e mudanças significativas dos integrantes de seu Comitê Executivo. A publicação desta edição foi possível graças ao trabalho dedicado de todo o corpo editorial, tanto dos que já estavam na equipe quanto dos novos membros que, com rápido aprendizado, se tornaram fundamentais para o fluxo editorial.

A Editoria Executiva seguirá com um novo editor-chefe, Maycon Leandro, que assume a vaga de Tailon Rodrigues Almeida, membro da revista desde 2020 nos cargos de Secretário-Executivo e, em seguida, editor-chefe. A revista agradece ao antigo integrante, Tailon, pelo trabalho e dedicação, que contribuíram para o crescimento e a institucionalização da revista, e dá as boas-vindas ao novo editor-chefe, desejando-lhe uma ótima experiência.

Além do Comitê Executivo, a reformulação do periódico ocorreu também no Comitê Editorial, com o ingresso de Bruna Camargo, Murilo Pradella e Mateus Passos. É graças a este contínuo processo de renovação de seus quadros, com uma equipe editorial voluntariosa e competente, que a Agenda Política tem conseguido manter seu protagonismo dentro da produção científica da Ciência Política e contribuído para a formação de pesquisadores na área.

2 Apresentação da Edição

O volume 11 abre o ano de 2023, com uma diversa seleção de artigos que abordam questões relacionadas à defesa de interesses. Coordenado por Lucas Costa, o dossiê desta edição, "Dinheiro, Interesses e Democracia", buscou explorar a relação entre poder material, defesa de interesses e regimes democráticos. Embora haja diferentes concepções de democracia, de forma geral, pode-se afirmar que o termo está relacionado à distribuição igualitária de poder político (Held, 2006). Não por acaso, há um conjunto vasto de teorias e trabalhos que trata da relação entre sistema de representação de interesses e capilaridade do Estado, i.e. em que medida as instituições estatais são mais permeáveis a determinados grupos em detrimento de outros.

Nesse sentido, destacam-se três paradigmas no entendimento da relação entre representação de interesses e democracia: elitismo, corporativismo e pluralismo. Enquanto o elitismo parte do pressuposto de que a governança da sociedade por um grupo restrito de indivíduos é inevitável, o pluralismo considera que o poder está fragmentado entre diferentes grupos (Gilens & Page, 2014). Já o corporativismo aponta a cooptação do Estado por grupos específicos. Em contrapartida, teorias marxistas também indicam a dominação política e econômica por classes sociais (Gilens & Page, 2014).

Ainda que tais paradigmas analíticos se diferenciem em relação ao diagnóstico, o problema de fundo é o mesmo: em que medida o poder está distribuído ou concentrado entre os diferentes grupos que compõem a sociedade? Em outras palavras, retoma-se a clássica pergunta de Robert Dahl (1961): "quem governa?"

Os artigos que compõem esta edição visam refletir sobre essa pergunta. Os artigos que compõem o dossiê abordam o acesso de distintos grupos ao Estado e o papel que o dinheiro exerce nessas relações. Entretanto, os artigos vão além de uma vinculação categórica entre dinheiro e interesse ao abordar outros aspectos do sistema de defesa de interesses, como a complexa relação com os entes federados. Ao passo que os artigos do dossiê se concentram predominantemente na indústria, refletindo a agenda de pesquisa sobre lobby, é importante ressaltar que a defesa de interesses não se restringe a grandes corporações.

Nesse sentido, o coordenador do dossiê ressalta, em sua apresentação, que "onde há interesse, há lobby". De forma semelhante, a professora Patrycja Rozbicka, em seu artigo **Achieving Democracy through Interest Representation? Revisited**, argumenta que grupos de interesse desempenham papel relevante em democracias deliberativas, associativas e participativas, não se restringindo às chamadas "democracias representativas", ainda que tal associação seja mais complexa que mera relação causal unilateral. O próprio papel da representação é contestado no campo das teorias democráticas. O artigo vai além dos "suspeitos usuais" ao abordar o contexto das democracias pós-comunistas, ilustradas pelos casos da Polônia, Lituânia e Eslovênia.

Nesse sentido, cabe destacar que as principais referências nos estudos sobre lobby ainda advêm do Norte Global. Assim, faz-se necessário expandir essa análise para outros contextos. Ao passo que a literatura no Brasil tendia a focar na indústria como ator predominante, estudos mais recentes passaram a investigar o papel de associações da sociedade civil como grupos de interesse (Balestrin e Vargas, 2004; Deere, 2004; Tatagiba et al., 2012, Tatagiba, 2014; Coli, 2021). Observa-se que a literatura é ainda marcada por um maniqueísmo, em que o termo "lobby" é associado aos interesses patronais e a expressão "advocacy" é relacionada a movimentos sociais.

O debate sobre o tema no Brasil é abordado no artigo **Entrevista com Wagner Pralon Mancuso: Dinheiro, Interesses e Democracia**. No texto, Mancuso analisa as relações multifacetadas entre o dinheiro e a democracia no Brasil, destacando as principais formas que esta influência assume no contexto brasileiro em relação ao financiamento político, ação empresarial, *lobby*, grupos de interesse e pressão, políticas públicas e processo decisório. Além de realizar um balanço sobre a produção científica brasileira e o nível de institucionalização do tema na Ciência Política, o autor analisa os caminhos e descaminhos da regulação da influência do dinheiro sobre a democracia do ponto de vista político, apontando os principais desafios, avanços e recuos da agenda democrática brasileira na área.

Já na seção "Temas Livres", cinco artigos inéditos compõem a edição. Em **Mudança institucional em instituições de controle: o caso do Tribunal de Contas dos municípios de Goiás**, Leonardo Morais, Wendy Silva de Andrade e Lizandro Lui debatem a mudança institucional

no contexto de uma instituição de controle. O estudo de caso do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO) é direcionado ao entendimento acerca da forma como os municípios devem fazer o pagamento de débitos previdenciários e quais punições estão reservadas para os gestores que descumprem a regra. Entre as principais contribuições, os autores mostram que as mudanças acontecem de forma endógena e que diferentes padrões de decisão são tomados a depender de fatores cognitivos, vinculados aos membros posicionados em posições de decisão.

Afonso Ferreira Verner, no artigo **Quem se elege prefeito nas capitais brasileiras? Condicionantes do sucesso eleitoral dos(as) vitoriosos(as) em 2020**, apresenta uma reflexão sobre o perfil dos 26 prefeitos(as) eleitos nas capitais brasileiras em 2020 a partir de variáveis como gastos em campanha, de perfil (ocupação profissional declarada pelo prefeito(a) eleito(a) e também dados sobre a presença ou ausência do(a) político nas plataformas de campanha on-line) e a classificação dos candidatos(as) em quatro tipologias de carreira política (insider, amateur, maverick e full outsider). Entre os principais resultados, Verner aponta um padrão entre todos os candidatos: a experiência política prévia, políticos experientes e com apoio de estruturas partidárias sedimentadas (e não outsiders). Entre as principais contribuições, destaca-se a demonstração de que embora parte da literatura previsse que haveria uma completa nacionalização das campanhas municipais, os resultados da pesquisa revelam que tal processo não é de todo verdadeiro, onde o grupo vitorioso em 2018 teve pouco êxito ao eleger prefeitos(as) em 2020.

Em **A espetacularização no twitter: a representação da Operação Lava Jato no perfil do Jair Bolsonaro**, Carla Montuori Fernandes, Luiz Ademir de Oliveira e Adriel Geovane Diniz Lopes analisam a espetacularização no perfil do na ocasião candidato a presidente Jair Bolsonaro por meio da representação da Operação Lava Jato no período eleitoral. Por meio de análise de conteúdo dos posts do twitter de Bolsonaro. Os autores demonstram como o uso do discurso anti sistema e anti-PT propagado pela cobertura da Operação Lava Jato pela mídia hegemônica foi reaproveitado pelo perfil do presidenciável. Assim, o artigo argumenta que o discurso lavajatista foi um dos pontos que contribuíram para a eleição de Bolsonaro.

Já Rafaela Rocha Arnaud, no artigo **Análise comparativa da violência política de gênero na legislação dos países sul-americanos**, analisa comparativamente as leis publicadas na América do Sul que tratam sobre violência política, a fim de entender se buscam combater efetivamente a violência política de gênero. Como resultado, a autora mostra que embora todas as leis tragam um conceito de violência política contra a mulher (ou de gênero) e alguma espécie de sanção, a maioria não implementa mecanismos de prevenção e reparação fortes, principalmente quanto à criação de um órgão institucional específico para a violência política. Dentre os casos estudados, apenas Bolívia, Peru e Brasil possuem uma lei específica sobre a violência política contra a mulher, sendo que a lei brasileira possui o aparato institucional mais fraco de combate à violência política dentre todas as legislações analisadas.

Por fim, o artigo **Fabiano Contarato: a representação LGBTI+ na comunicação política do primeiro senador gay do Brasil**, de autoria de Bruno Rafael dos Santos, busca analisar relação do

senador eleito Fabiano Contarato com a representação da população LGBTI+, sob a perspectiva de representação fundamentada em Pitkin e Young, perpassando por Fraser, e a compreensão da comunicação digital como *accountability* e campanha permanente para mandatários. Através de análise de conteúdo sobre as publicações feitas pelo senador em sua página no Facebook de 2019 a 2021, o autor apresenta fortes indícios do papel de Fabiano Contarato enquanto um parlamentar homossexual que dedica atenção à temática e também produção legislativa em prol desta população.

Os artigos aqui publicados mostram que interesses, dinheiro e democracia são temas complexos, que exigem pluralidade metodológica. Sobretudo, o tema perpassa diversas áreas da Ciência Política: teorias da democracia, políticas públicas, administração pública, entre outras.

Esperamos que apreciem a leitura!

3 Referências

BALESTRIN,A.; VARGAS, L.M.A dimensão estratégica das redes horizontais de PMEs: teorizações e evidências. **Revista de Administração Contemporânea**, v.8,n. spe,p. 203–227, 2004.

DAHL, R. **Who Governs?** Democracy and Power in an American City. Yale: Yale University Press, 1961.

COLI, G. **Democracia, sociedade civil e lobby no Brasil: um mapeamento da literatura (2000-2020).** Monografia, Universidade Federal de São Carlos, 2021.

DEERE,C.D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 175–204, abr. 2004.

GILENS, M.; PAGE, B. Testing Theories of American Politics: Elites, Interest Groups, and Average Citizens. **Perspectives on Politics**, vol. 12, no. 3, 2014.

HELD, D. **Models of Democracy**. Stanford: Stanford University Press, 2006.

TATAGIBA,L. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. **Política & Sociedade**, v. 13, n. 28, p. 35, 31 dez. 2014.

TATAGIBA,L. PATERNIANI,S.Z.;TRINDADE,T.A. Ocupar, reivindicar, participar: Sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. **Opinião Pública**, v.18, n.2, p. 399–426, nov. 2012.